

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL DE COLEÇÕES: UMA REFLEXÃO

Submetido em 29/09/2020

Aceito em 11/11/2020

Ângela Ferraz¹

Centro de Tecnologia, Restauro e Valorização das Artes (Techn&Art)

RESUMO: Nos últimos cinquenta anos verificou-se um enorme aumento no número e no tamanho das coleções. Muitos museus têm espaço de armazenamento e recursos insuficientes para gerir eficazmente as suas coleções. Este artigo concentra-se nesta questão, tendo como foco, sobretudo, o contexto museológico português, embora com base numa pesquisa mais ampla, sustenta-se que os argumentos apresentados tenham uma abrangência mais alargada. Procura-se explorar os efeitos e consequências do crescimento ilimitado de objetos nos museus e refletir sobre as possibilidades da sua incorporação mais sustentável. Considera-se a desincorporação como uma oportunidade para atribuir novos usos aos objetos, explorando o seu potencial educativo e interpretativo através de uma atitude criativa. As ideias e abordagens que aqui se apresentam, não sendo, as únicas possíveis, podem constituir matéria para a reflexão sobre o desenvolvimento útil das coleções.

PALAVRAS-CHAVE: Museus. Incorporação. Desincorporação. Coleções de museu. Sustentabilidade.

SUSTAINABLE GROWTH OF COLLECTIONS

ABSTRACT: *In the last fifty years there has been a huge increase in the number and size of collections. Many museums have lack of storage space and resources to effectively manage their collections. This paper seeks to explore this issue, focusing mainly on the context of Portuguese museums. Although, based on a wider research, it is maintained that the arguments presented have a broader scope. Also, this paper seeks to explore the effects and consequences of the unlimited growth of objects in museums and to reflect on the possibilities of a more sustainable accession. Deaccession is considered an opportunity to attribute new uses to objects, exploring their educational and interpretive potential through a creative attitude. The ideas and approaches presented here are not the only possible ones, but it expected that this paper contributes for a reflection on the useful development of collections.*

KEYWORDS: *Museums. Accession. Deaccession. Museum collections. Sustainability.*

¹ Investigadora no Centro de Tecnologia, Restauro e Valorização das Artes (Techn&Art) do Instituto Politécnico de Tomar (IPT), Docente do Mestrado em Museologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), mestre em Museologia (FCSH-UNL) e doutora em Conservação e Restauro do Património (FCT-UNL). Endereço: Estrada da Serra, Quinta do Contador, 2300-313 Tomar, Portugal, Tel. +351 965074194, E-mail: asaferraz@ipt.pt

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL DE COLEÇÕES: UMA REFLEXÃO

PROLIFERAÇÃO E SOBRELOTAÇÃO

A falta de espaço para albergar coleções em reserva é uma preocupação recorrentemente manifestada pela grande maioria dos museus. Segundo um inquérito internacional realizado pelo ICOM-UNESCO², entre junho e setembro de 2011, no qual participaram museus de 136 países, num total de 1490 respostas, 60% dos museus referiram que o espaço que tinham era insuficiente para as suas coleções e 25% indicaram que era difícil ou mesmo impossível circular no espaço devido à sobrelotação das reservas. Também em Portugal, num questionário feito a museus cerca de 55% declarou ter as reservas sobrelotadas³. Essa sobrelotação dos espaços conduz, de acordo com o relatório final do Grupo de Projeto Museus no Futuro⁴, a que atualmente cerca de um terço dos museus, palácios e monumentos em Portugal não possa acomodar novas incorporações, o que obriga à dispersão das coleções por espaços indiferenciados e desadequados. Por outro lado, a sobrelotação do espaço das reservas pode agravar os riscos já existentes ou mesmo gerar novos riscos, como sejam, os danos provocados pelo manuseamento, a dificuldade em detetar infestações, roubo ou localização incorreta dos objetos, ou uma deficiente resposta em caso de emergência. A estes riscos acresce ainda a diminuição da capacidade de uso das coleções através da educação, interpretação, exposição e investigação⁵.

Verifica-se igualmente que milhares de objetos são guardados sem nunca terem sido expostos, mas consumindo elevados recursos com a sua preservação. De acordo com um artigo publicado no jornal *The New York Times*, em março 2019⁶, nos museus dos Estados Unidos da América algumas coleções cresceram dez vezes nos últimos 50 anos. A maioria expõe apenas uma pequena parte porque muitas das obras são gravuras e desenhos e só raramente podem ser exibidas devido à sua sensibilidade à luz. O mesmo artigo refere que um número crescente de diretores de museus se encontra num processo de avaliação das suas coleções e da forma como colecionam porque receiam que a sobrelotação dos espaços e a pressão para adquirir ainda mais objetos esteja a criar uma crise nos museus americanos.

De facto, a acumulação ilimitada e o ímpeto de guardar tudo para sempre estão cada vez mais a ser questionados. O debate sobre o posicionamento dos museus perante o crescimento das suas coleções tem como ponto de partida a consciência de que se continua a colecionar em taxas muito significativas.

² ICCROM-UNESCO, 2011.

³ GOMES, et al, 2018, p. 47.

⁴ CAMACHO, 2020, p. 57. O Grupo de projeto «Museus no Futuro» foi constituído em 2019 tendo como missão identificar, conceber e propor medidas que contribuam para a sustentabilidade, acessibilidade, inovação e relevância dos museus sob a dependência da Direção Geral do Património Cultural e das Direções Regionais de Cultura.

⁵ LAMBERT, MOTTUS, 2014, p.1.

⁶ POGREBIN, 2019.

Assim, muitos museus são hoje instituições insustentáveis, colocando em risco a sua capacidade de gestão e as oportunidades deixadas às futuras gerações de constituírem coleções que sejam verdadeiramente significativas para elas⁷.

Tendo como alicerce o papel da preservação da memória cultural, os museus foram atuando como repositórios, reunindo objetos materiais de forma a proteger-se contra a sua perda antecipada. Sobre esse esforço de contínua aquisição Joaquim Pais de Brito refere:

O museu sempre teve objetos a mais e a menos. Nele coexistem a contenção, a seleção, a definição de critérios, a ponderação de carácter prático, logístico e também teórico-científico quanto aos objetos a adquirir e a guardar, com a sofreguidão, o desejo nunca saciado, a insatisfação, voltados para a incorporação de mais e mais objetos⁸.

Podem ser múltiplos os critérios que sustentam a escolha e a seleção dos objetos que integram os museus. A história da cultura material atendeu, primeiramente, a um cuidado exclusivo da procura da peça única, à coleção de obras de elite, empreendido como preocupação pela história da arte. Na maioria das vezes, o acervo contribuiu para a legitimação do poder e para o ato de transmitir, assente em práticas de colecionismo, sendo a necessidade de colecionar considerada comportamento universal. Duncan Cameron, num texto original de 1971, referia-se às coleções como instrumento de formação do estatuto que o colecionador almejava alcançar ou difundir, como se as suas coleções falassem por si:

[...] «olhem como eu sou curioso, como eu sou metuculoso e exaustivo! As coleções podem ainda significar: «olhem como eu sou rico» ou «vejam como eu me sei rodear de coisas belas, constatem o meu bom gosto, como eu me tornei um homem civilizado, cultivado»⁹.

O museu público não só institucionaliza o comportamento individual do colecionador como acaba por ver o seu prestígio medido pelo prestígio das suas coleções. Ao mesmo tempo, o desejo de tudo preservar parece ser parte de uma tentativa de subtrair os efeitos reais e simbólicos do tempo a uma e qualquer memória material. E nessa medida os museus tornam-se verdadeiros arquivos de cultura material, lugares onde as memórias são “materializadas”¹⁰. Instala-se uma busca pela permanência, pela perenidade, assente numa falsa imortalidade dos objetos, numa espécie de luta simbólica contra a morte que os museus foram assumindo como missão. O ato de incorporar um objeto específico numa coleção tornou-

⁷ MORGAN, MACDONALD, 2020.

⁸ BRITO, 2006, p. 150.

⁹ CAMERON, 1992, p. 83.

¹⁰ HAUSER, 2002, p. 39.

se absolutamente constitutivo da ontologia do museu¹¹. Se por um lado, atualmente os museus deixaram de poder justificar a sua existência exclusivamente pela aglomeração, sistematização, conservação e exposição dos seus objetos, por outro, os objetos que conservam continuam a ter um papel determinante na construção e afirmação identitária e na reprodução social das comunidades onde se inserem¹².

A tradicional função de colecionar conduz, porém, a que hoje em dia os gestores de coleções vivam numa tensão entre esse forte dever de coletar e a angústia resultante da sobrelotação dos espaços com tudo aquilo que já foi sendo adquirindo ao longo do tempo. Contudo, a preocupação em recolher tudo aquilo que se considera estar em risco de se perder continua sempre presente. E nesse espectro incluem-se espécimes efêmeros, mundanos e banais, objetos do quotidiano que poderão um dia ser testemunhos da nossa história social atual. Na verdade, não se coleta para o presente, mas sim para o futuro. Continua-se a incorporar na expectativa de criar “coleções úteis”, abarcando cada vez mais novos domínios, incluindo a cultura material da vida quotidiana recente e contemporânea. Mas esse desafio de constituir um arquivo futuro é um trabalho espinhoso tendo em conta a imensidade de bens que são produzidas em massa: como se decide o que deverá ser guardado para a posteridade? Por outro lado, esta tarefa é extraordinariamente difícil quando confrontada com os vastos acervos já reunidos e reservas sobrelotadas, consumidoras de grandes recursos. De acordo com o resultado de um inquérito realizado a museus do Reino Unido, em 2018¹³, a grande maioria dos objetos de história social incorporados são resultantes de doações não solicitadas e os museus geralmente colecionam menos devido ao espaço limitado. Isto sugere que o tamanho atual do acervo está a limitar a capacidade de desenvolver as coleções através da recolha ativa de objetos contemporâneos.

Em Portugal, encontramos frequentemente um desequilíbrio entre as coleções que os museus albergam e as necessidades e os recursos de que dispõem, resultado muitas vezes da incorporação passiva de objetos doados que, ao longo do tempo, tem sustentado o crescimento das coleções¹⁴. Por outro lado, esta incorporação passiva, em que os museus aceitam qualquer objeto que lhes seja oferecido, pode conduzir a uma desadequação parcial das coleções às missões e vocações e gerar grandes desequilíbrios. As incorporações anteriores, em que a aleatoriedade esteve presente, resultaram muitas vezes em objetos incorporados com informações associadas insuficientes, repetidos, demasiadamente representativos de uma área e pouco de outras, resultando nas chamadas “lacunas”, sem sentido de coerência e continuidade.

Neste contexto, é cada vez mais evidente que as coleções não podem estar num constante crescimento e desenvolvimento. Já em 1985, Roy Strong, antigo diretor do Museu Victoria & Albert

¹¹ MORGAN, MACDONALD, 2020.

¹² LUNA, 2011, p. 13.

¹³ FREDHEIM, MACDONALD, MORGAN, 2018.

¹⁴ SANTOS, SERÓDIO, FERREIRA, 2017, P. 60.

questionava-se: «como podem os museus funcionar corretamente se vão colecionar para toda a eternidade?»¹⁵. Esta situação levanta questões significativas sobre a sustentabilidade futura dos museus, incluindo a capacidade de continuar a incorporar e incorporar em novas áreas. O verdadeiro desafio de sustentabilidade não se prende atualmente com aspetos ambientais, com a climatização dos espaços ou com a reciclagem dos materiais de exposição. A principal questão prende-se com a forma de enfrentar o paradoxo das coleções se encontrarem num estado de perpétuo crescimento e, já ultrapassados os limites de armazenamento dos museus, de poder continuar a colecionar de forma equilibrada e coerente. Os museus têm de assumir compromissos intergeracionais, o que significa que têm que assumir os custos e as obrigações, não apenas no agora mas também para o futuro. Coleções sustentáveis, são aquelas que, entre outras coisas, não impliquem que o nosso legado colecionista para o futuro impeça as próximas gerações de desenvolver coleções sobre o seu próprio tempo, lugar e cultura.

AS POLÍTICAS DE INCORPORAÇÃO E O CRESCIMENTO SUSTENTADO DAS COLEÇÕES

Aceita-se que todas as coleções devem ser guiadas por uma política de coleções e que essa política é essencial para a gestão ética de uma coleção. Em Portugal, até há umas décadas atrás, a definição de políticas de aquisição (ou de qualquer outra área relacionada com a gestão de coleções) não era uma prática comum¹⁶. Esta situação veio a alterar-se muito por conta da Lei-quadro dos Museus Portugueses¹⁷, de 2004 que, ao impor aos museus a elaboração de uma política de incorporações, obrigou as instituições a fazerem (e em muitos casos pela primeira vez) um exercício de reflexão sobre qual é efetivamente a sua missão, os seus objetivos, as coleções que detêm e os recursos disponíveis. Sobre os contributos desta importante inovação legal, Madalena Braz Teixeira refere:

A obrigatoriedade de cada museu estabelecer a sua política de incorporações através de um documento escrito apela à reflexão sobre a lógica, a coerência e a estratégia de uma coleção ou um conjunto de coleções que decorre da vocação e da missão de cada museu. Revela também a urgência no diagnóstico dos acervos e do seu entendimento em termos cronológicos e temáticos. Obriga, por sua vez, ao estabelecimento de critérios de seleção [...] ¹⁸.

A política de incorporação terá necessariamente que ser definida de acordo com a missão do museu, os seus objetivos e a sua vocação. Deve indicar com clareza o domínio das aquisições e da formação do respetivo acervo museológico, respeitando simultaneamente as normas e as convenções

¹⁵ STRONG, 1985 cit. por LUNA, 2011, P. 70.

¹⁶ SEMEDO, 2005, p. 307.

¹⁷ Lei-quadro dos Museus Portugueses – Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto.

¹⁸ TEIXEIRA, 2007, p. 46.

internacionais aplicáveis e em vigor. O museu deve ainda proceder a uma regular ponderação e avaliação dos pressupostos e resultados da sua política de incorporação e revê-la e atualizá-la sempre que necessário, tendo em vista a sua sustentabilidade e o cumprimento das razões específicas da sua existência.

Assim, de modo a cumprir os padrões de exigência impostos, a elaboração de uma política de incorporação mostra-se absolutamente necessária, devendo estar articulada com os objetivos e os propósitos que identificam e singularizam o museu enquanto instituição cultural. As definições em matéria de incorporações terão de partir de uma análise e diagnóstico das coleções existentes e do seu historial, no sentido de determinar os critérios de crescimento adotados, o número de objetos incorporadas, o modo de incorporação mais habitual e quais as coleções que mais aumentaram.

Este diagnóstico é, portanto, fundamental para a identificações de aspetos críticos e para dar fundamento à tomada de decisões. Uma das ferramentas que possibilitam esta análise é a avaliação do “significado”¹⁹ de modo a identificar o valor dos objetos no contexto da coleção, levando a perguntas sobre duplicados ou lacunas nas coleções e, inevitavelmente, a uma maior seletividade resultantes de políticas de incorporação definidas de forma mais consciente. As coleções existentes devem, portanto, ser continuamente analisadas em termos de significado e contextualizadas a partir de novas perspetivas, destacando-se o seu potencial e o valor utilitário²⁰. Assim, embora os objetos continuem a desempenhar um papel fundamental no sentido de existência dos museus, é preciso que sejam os objetos certos, cuidadosamente selecionados e bem documentados. Incorporar menos, mas de forma mais criteriosa, possibilita coleções mais refinadas, com menos objetos, mas sobre as quais se tem maior conhecimento e onde o potencial informativo de cada objeto é explorado de novas e melhores formas.

Levando essa estratégia ao limite, pode-se propor que, em situações de grande proliferação de coleções, os museus se devam concentrar apenas na recolha de informações e não de objetos, através de todo o tipo de documentos ou ficheiros digitais (imagens, documentos, vídeos etc.). Esta proposta suscitará, inevitavelmente, alguma relutância, uma vez que os formatos digitais ou outros formatos de informação podem ser vistos como incapazes de captar as características tangíveis e multissensoriais do “objeto real”²¹. Desta forma, é a “experiência” que é posta em causa, que não se consegue repor, uma vez que a autenticidade constitui um traço não apenas do objeto, mas da experiência do próprio sujeito proporcionada pela “coisa verdadeira”²².

Outra opção evidente para fazer face ao crescimento ilimitado das coleções seria o de não incorporar mais. Contudo, esta abordagem constituiria, sobretudo, uma imposição ditada pelas restrições

¹⁹ RUSSELL, WINKWORTH, 2009, p. 3.

²⁰ HÄYHÄ, JANTUNEN, PAASKOSKI, 2015, p.10.

²¹ MORGAN, MACDONALD, 2020.

²² MACDONALD, SILVERSTONE, 1990, p. 181.

de espaço e de recursos e não como parte de uma estratégia de decrescimento mais concertada²³. Este posicionamento, na verdade, coloca em causa o dever de adquirir e impediria esta que é uma função central dos museus. Portanto, a contenção da acumulação, percebida como uma prática mais sustentável, não se deve basear numa atitude radical de não crescimento total, mas sim em formas de gestão que possibilitem o decrescimento das coleções sem que isto possa ser entendido como uma falha na missão dos museus.

DESINCORPORAÇÃO E NOVOS USOS

As abordagens de decrescimento das coleções conduzem inevitavelmente a que se tenha de colocar em equação a desincorporação, entendida como o processo formal de remoção definitiva de um objeto do acervo do museu²⁴. A desincorporação, ou o “abate ao inventário”, como é frequentemente referida no contexto museológico português, apresenta-se como uma estratégia que permitiria um crescimento mais sustentável das coleções potenciado e direcionando de forma mais eficaz os recursos disponíveis. Por outro lado, compreendida como resultante de uma avaliação reflexiva e alargada do propósito e da utilidade das coleções, possibilitaria aumentar a qualidade do acervo tornando-o mais ajustado com a missão do museu e, simultaneamente, resolver problemas de saturação, repetição e imobilidade.

Contudo, esta abordagem era, até há umas décadas atrás, ainda entendida como uma prática pouco comum e delicada, realizada com grande relutância, e que poderia ser mal interpretada pela comunidade:

Sendo os museus repositórios de herança cultural e tendo como missão a salvaguarda e divulgação dessa mesma herança, o ato de abater uma peça ao acervo, por motivos que não sejam imperativos, poderá ser mal aceite pela comunidade que considera o museu como fiel depositário da memória coletiva. Deste modo, situações de abatimento de peças mal explicadas e mal documentadas conduzirão a apreciações incorretas ou injustas, por parte do público, questionantes da razão de ser dos museus e das suas coleções²⁵.

As ressalvas na utilização da desincorporação enquanto prática de gestão de coleções assentam, muitas vezes, no argumento de que se trata de um processo muito complexo, arriscado e controverso, envolvendo grandes questões éticas e revestindo-se de consideráveis exigências processuais. Apesar disso, os profissionais dos museus estão cada vez mais a equacionar a desincorporação como uma solução e, tal como referiu a *British Museum Association*, «tomar decisões sobre a desincorporação faz parte da responsabilidade profissional e ética do museu»²⁶.

²³ MORGAN, MACDONALD, 2020.

²⁴ LUNA, 2011, p. 40.

²⁵ PINHO, FREITAS, 2000, p. 67.

²⁶ WIJSMULLER, 2017, p. 14.

Assim, em vez de ser encarada como uma opção, a desincorporação afirma-se cada vez mais como uma necessidade, uma vez que a coleta contínua se não é acompanhada pela remoção de objetos do acervo conduz a que os museus se tornem cada vez mais insustentáveis e se tornem um pesado fardo para as futuras gerações. Exige-se, portanto, uma mudança de perspectiva que permita que a desincorporação em vez de ser compreendida como uma antítese à própria razão de ser dos museus, seja antes encarada como uma oportunidade e como ferramenta de desenvolvimento sustentável. Em alguns casos, mostra-se pertinente desincorporar objetos e assim libertar recursos para abrir caminho para atividades e coleções que de outra forma seriam negligenciadas²⁷.

Em vez de permanecermos presos a uma espécie de “aversão à perda”, a desincorporação pode antes ser equacionada num espectro mais amplo que permita identificar novas formas possíveis de construir futuros acervos. Por outro lado, a remoção fundamentada de objetos das coleções pode possibilitar a construção de novos contextos de significação ou o que pode ser entendido por dar “novas vidas”²⁸. De facto, neste contexto abrem-se novos horizontes que proporcionam atitudes ponderadas do que pode ser feito com os objetos removidos das coleções. Sem comprometer a sua preservação, é possível torná-los mais acessíveis, dar-lhes melhores usos, colocando-os num novo contexto em que são melhor interpretados ou mais profundamente valorizados.

Entre as modalidades de desincorporação mais comuns encontram-se a doação dos objetos e a sua transferência para outros museus ou outras instituições ou, muito mais raramente, a sua venda ou destruição. A eliminação física dos objetos pode ser aceitável, quando nenhum outro método de desincorporação seja possível ou, quando o objeto se encontra severamente destruído ou deteriorado. Neste caso, isto pode implicar uma atitude mais permissiva com a deterioração e a destruição que aceite facilmente, por exemplo, a sua reciclagem criativa em obras de arte. A reutilização é, de facto, um grande desafio que se coloca ao destino do objeto museal. Não se trata de um problema de preservação, mas antes um problema de manipulação ideológica da sua fruição. Ou seja, do campo da finalidade ou da função, do uso e significado que se atribui a dado objeto.

Pensar de forma mais criativa sobre os novos usos do património pode passar por desenvolver novas relações com a comunidade ou instituições de ensino. Exemplo disso é o Projeto Conservação Criativa, desenvolvido pelo Laboratório de Conservação e Restauro do Instituto Politécnico de Tomar²⁹, que envolveu a participação de docentes e alunos. Este projeto tem por princípio a recuperação, preservação e exposição de objetos em contextos de edifícios históricos ou industriais, seguindo critérios

²⁷ National Museum Directors’ Conference, 2013, p. 14.

²⁸ MORGAN, MACDONALD, 2020.

²⁹ LOUREIRO, TRIÃES, FALCÃO, 2016.

bem estabelecidos para a sua seleção e utilizando a criatividade na forma de apresentar estes despojos. Desta forma, tem sido possível restabelecer novas leituras a objetos fragmentários aos quais, pela perda de significado artístico ou cultural, se afigurava um horizonte de destruição e desaparecimento. Projetos como este permitem encorajar novas perspectivas para objetos esquecidos, amontoados e sem voz, dando-lhes a possibilidade de “ressuscitarem”, não necessariamente no fundo de umas reservas de um museu. Na verdade, isto pode significar deixar para trás o seu passado de objeto museológico para passar a considerar o seu uso como ferramenta interpretativa, educativa ou lúdica.

O problema de crescimento excessivo das coleções justificaria, assim, uma desincorporação consciente em que os objetos são usados para fins de educação, exposição criativa e investigação, colocando-os ao serviço de uma comunidade mais alargada. Nesta perspectiva, refinar as coleções através da desincorporação de objetos que já não são mais úteis no seu atual contexto, pode ser mesmo encarado como um dever ético³⁰.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas resultantes do contínuo crescimento das coleções obrigam a um exercício de reflexão sobre a visão que, para elas, se perspetiva a longo prazo. Essa reflexão deve conduzir à definição de políticas de incorporação que incluam as estratégias a tomar, com base nos objetivos a alcançar e nos recursos disponíveis. Constitui-se assim uma oportunidade para estabelecer, ou repensar, a missão do museu e vincular o desenvolvimento das coleções a essa missão geral, avaliando como é que esse crescimento se relaciona com outras áreas da gestão das coleções. Deve ser um exercício realista e responsável e sustentado em critérios bem definidos que não comprometam a sustentabilidade futura das coleções e objetos incorporados. Apesar da incorporação ser uma função dos museus, estes não podem ser lugares de acumulação constante. Deve haver um propósito maior e, idealmente, esse propósito não pode, nem deve ser definido, em primeiro lugar, pelas contingências ditadas pelo contínuo crescimento de coleções. As ideias aqui apresentadas de repensar o colecionismo museal não se opõem a esse crescimento, mas sugerem que este seja feito com pragmatismo. Se chegámos a um ponto em que os museus se sentem obrigados a manter coleções mesmo quando não têm uma clara perspetiva de uso, nem recursos para a sua preservação, nesse caso, exige-se uma resposta pragmática em vez de uma ideologia cega. Os profissionais de museus podem e devem estar preparados para lidar com os problemas de acumulação, saturação e repetição, alcançando um estado de maturidade em relação à própria ética profissional de modo a abrir as portas à eliminação, reequacionando essa espécie de “cláusula de perpetuidade”.

³⁰ MORGAN, MACDONALD, 2020.

A consciência de que os museus poderão ter de se desfazer de alguns dos seus objetos pode ser dolorosa e, embora em grande medida seja inevitável, os museus devem refletir sobre as múltiplas soluções para mitigar os efeitos dessa perda e encarar a questão como uma oportunidade de desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

BRITO, Joaquim Pais de. O museu, entre o que guarda e o que mostra. *Museus, Discursos e Representações*. Coord. A. Semedo, J. Teixeira Lopes. Porto: Edições Afrontamento, 2006, p. 149-161.

CAMACHO, Clara Frayão (coord.). *Versão preliminar do Relatório Final do Grupo de Projeto Museus no Futuro*. Lisboa: ICOM Portugal, 2020.

CAMERON, Duncan. Musée, temple ou forum. *Vagues – une anthologie de la nouvelle muséologie*. Coord. A. Desvallés. Vol. 1, Savigny-le-temple: Éditions WMNES, 1992, p. 77-98.

FREDHEIM, Harald, MACDONALD, Sharon, MORGAN, Jennie. Profusion in museums. A report on contemporary collecting and disposal. Arts & Humanities Research Council, University of York, 2018. Disponível em: <http://www.carmah.berlin/wp-content/uploads/2018/12/Profusion-in-Museums-Report.pdf>. Acesso em set. 2020.

GOMES, Maria Fernando; VIEIRA, Eduarda; CASANOVAS, Luís Elias; CALVO, Ana. As condições de Conservação das Reservas Museológicas: Estudo Internacional e Nacional. *Estudos de Conservação e Restauro*, 8, 2016, p. 36-58.

HAUSER, Susanne. Waste into heritage: remarques on materials in the arts, on the memories and the museums. *Waste-site stories: the recycling of memory*. Eds. B. Neville, J. Villeneuve, Albany: state University of New York Press, 2002, p. 39-54.

HÄYHÄ, Heikki, JANTUNEN, Sari, PAASKOSKI, Leena. *Analysing Significance*. Punkaharju, Helsinki: Finnish Museums Association, 2015.

ICCROM-UNESCO. *International Storage Survey 2011: Summary of results*. Disponível em: https://www.iccrom.org/wp-content/uploads/RE-ORG-StorageSurveyResults_English.pdf. Acesso em set. 2020.

LAMBERT, Simon, MOTTUS, Tania. Museum storage space estimations: In theory and practice. *ICOM-CC 17th Triennial Conference Preprints, Melbourne, 15-19 September 2014*. Ed. J. Bridgland, art.1503, Paris: International Council of Museums, 2014, 9 p.

LOUREIRO, Leonor, TRIÃES, Ricardo, FALCÃO, Cláudia. Educational tools for involving higher degree students within the Project Creative Conservation. *New Trends and Issues Proceedings on Humanities and Social Sciences*. 8, p. 32-40.

LUNA, Maria Isabel. Incorporação e Desincorporação em Museus. História, realidade e perspectivas futuras. Dissertação em Estudos Museológicos para obtenção do grau de Mestre em Museologia: Conteúdos Expositivos. Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2011.

MACDONALD, Sharon, SILVERSTONE, Roger. Re-writing the museum's fictions. Taxonomies, stories and readers. *Cultural Studies*, 4, 2, 1990, p. 176-191.

MORGAN, Jennie; MACDONALD, Sharon. De-growing museum collections for new heritage futures. *International Journal of Heritage Studies*, Volume 26, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/ref/10.1080/13527258.2018.1530289?scroll=top>. Acesso em set. 2020.

PINHO, Elsa Garrett, FREITAS, Inês da Cunha. *Normas gerais: artes plásticas e artes decorativas*, Lisboa: Instituto Português de Museus, 2000.

POGREBIN, Robin. Clean House to Survive? Museums Confront Their Crowded Basements. *The New York Times*, 12 março 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2019/03/10/arts/museum-art-quiz.html>. Acesso em set. 2020.

RUSSELL, Roslyn, WINKWORTH, Kylie. Significance 2.0, a guide to assessing the significance of collections. Collections council of Australia, 2009. Disponível em: <https://www.arts.gov.au/sites/default/files/significance-2.0.pdf>. Acesso em set. 2020.

SANTOS, Jorge, SERÓDIO, Conceição, FERREIRA, Fernanda. *Diagnóstico aos Sistemas de Informação nos Museus Portugueses: Relatório Final. Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus (GT-SIM) da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD)*. 2017. Disponível em: https://www.bad.pt/noticia/wp-content/uploads/2017/06/GTSIM_DSIM_Relat%C3%B3rioFinal.pdf. Acesso em set. 2020.

SEMEDO, Alice. Políticas de Gestão de Coleções. *Ciências e Técnicas do Património*. Revista da Faculdade de Letras, I série, IV, Porto, 2005, p. 305-322.

TEIXEIRA, Madalena Braz. Quatro inovações legais em 2004. *Museologia.pt*, 1, Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2007, p. 42- 49.

National Museum Directors' Conference. *Too much stuff? Disposal from museums.*, London, 2003. Disponível em: https://www.nationalmuseums.org.uk/media/documents/publications/too_much_stuff.pdf. Acesso em set. 2020.

WIJSMULLER, Dieuwertje. *Deaccessioning & Disposal in Europe 2008-2017. A research on possibilities and attitudes across the European Member States*. Ed. Lori Beth Buckley – van der Putte, 2017.

WINKWORTH, Kylie. More on the museum diet: Ten strategies for sustainable museums and collections. *A cultural Cacophony: Museum Perspectives and Projects*, Sidney: NSW branch of Museums Galleries Australia, 2016, p. 72-84.